



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Ata de Reunião nº 02/2025

Aos 28 dias do mês de maio de 2025 (quarta-feira), às 11 horas, reuniram-se os membros da Comissão de Orçamento e Finanças (COF), os Excelentíssimos Desembargadores **Helcio Dantas Lobo Junior**, Presidente da Comissão, os Excelentíssimos Desembargadores **Eder Sivers**, **Renato Henry Sant'Anna** e **Hélio Grasselli**, a Excelentíssima Desembargadora **Ana Cláudia Torres Vianna**, a Excelentíssima Juíza do Trabalho **Regina Rodrigues Urbano**, Presidente da AMATRA XV e representante da magistratura do primeiro grau, e o Servidor **José Aristéia**, Presidente do SINDIQUINZE e representante dos(as) servidores(as) deste Tribunal. Ausentes, justificadamente, as Excelentíssimas Desembargadoras **Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes**, **Tereza Aparecida Asta Gemignani** e **Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira** e o Excelentíssimo Desembargador **José Otávio de Souza Ferreira**. Presentes, ainda, como convidados, o Sr. Diretor-Geral **Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser** e o Sr. Secretário de Orçamento e Finanças **Marco Antônio Fernandes**. Secretariaram os trabalhos o Excelentíssimo Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa, Flávio Landi, e o Assessor da Vice-Presidência Administrativa, Paulo César Pinto da Silva.

O Excelentíssimo Desembargador Helcio Dantas Lobo Junior, declarou aberta a reunião e, agradecendo a presença e a disponibilidade de todos, deu boas-vindas aos participantes, ao tempo em que fez um especial agradecimento pela imprescindível presença do Sr. Diretor-Geral, para suas manifestações de ordem técnica em apoio aos participantes desta reunião.

Iniciando os trabalhos, o Excelentíssimo Desembargador Presidente da Comissão trouxe à discussão o primeiro assunto da pauta:





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Exercício 2025 - Execução orçamentária - Panorama atual

O Presidente franqueou a palavra ao Diretor-Geral, o qual iniciou sua fala agradecendo pela menção a ele feita pelo Sr. Presidente desta Comissão e colocando-se inteiramente à disposição deste colegiado temático. Em seguida, destacou que o orçamento do Tribunal é uma construção de todos, da instituição como um todo, do 1º e do 2º graus de jurisdição, mas que, entretanto, todo o controle financeiro para liberação das verbas do orçamento fica centralizado, já há alguns anos, no Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Registrou que neste exercício não tivemos nenhum reajuste e, portanto, o orçamento deste ano (2025) tem o mesmo valor nominal do orçamento do ano passado (2024). Não tivemos sequer o índice de reajuste, de algo em torno de 6%, para correção da inflação, nem aumento real, como ocorria em outros exercícios orçamentários. Há uma insuficiência de verba de pessoal da ordem de R\$ 102 milhões – mas haverá suplementação, oportunamente –, assim como insuficiência de custeio (R\$ 9 milhões de honorários periciais, como, de resto, ocorreu em outros anos) e na rubrica orçamentária para atividades em geral (R\$ 4 milhões, em razão de adaptações para o aumento da composição do Tribunal, e R\$ 3 milhões relativos aos contratos em vigência). Aguarda-se alguma descentralização a cargo do CSJT.

A execução financeira está em ritmo historicamente normal, já que já foram executados em torno de 44% da verba orçamentária de "Pessoal" e 30% da verba orçamentária relativa a "Atividades", até esta data.

O Excelentíssimo Desembargador **Hélio Grasselli** questionou qual a justificativa do CSJT para não reajustar nem mesmo para a mera correção da inflação de 2024.

O Diretor-Geral explicou que nenhum Presidente de Tribunal Regional do Trabalho recebeu justificativa formal (técnica) do procedimento adotado pelo órgão orçamentário centralizador da Justiça do Trabalho. O que se diz é que o orçamento de pessoal precisou de um aporte maior. E informou que uma ADIN que trata de depósitos judiciais poderá reforçar o caixa dos Tribunais, mas ressaltou que não há informações sobre como será gerenciado este orçamento "extra".

A Excelentíssima Desembargadora **Ana Cláudia Torres Vianna** registrou





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

que as presenças do Diretor-Geral e do Secretário de Orçamento e Finanças dão muita segurança para a Comissão. Também lembrou que a Excelentíssima Presidente deste Tribunal mencionou, na última sessão administrativa do Tribunal Pleno, a existência de estudos para a promoção de cortes de algumas despesas, como, por exemplo, a indisponibilização de e-mails aos aposentados. E indagou ao Diretor-Geral se há outros estudos com esse mesmo objetivo.

O Diretor-Geral informou que o valor de em torno de R\$ 700.000,00 anuais (dentro do custeio) seria a economia com a extinção dos e-mails dos aposentados; informou, ainda, que a despesa com terceirizados teve expressivo aumento; e explicou que há aumentos pelas regras próprias das contratadas (dissídios etc), mas que não temos tido os repasses financeiros equivalentes para fazer frente a essas despesas. Por fim, informou que a rubrica "Diárias" também constitui uma despesa que aumentou muito, estando, neste momento, nos mesmos patamares do período anterior ao da época da epidemia do coronavírus.

O Excelentíssimo Desembargador **Renato Henry Sant'Anna**, registrou que entende ser razoável que o Tribunal deixe de disponibilizar e-mails àqueles que se jubilaram, uma vez que tal ferramenta se trata de instrumento de trabalho, portanto. De outra parte, questionou se a falta do cálculo exato do Benefício Especial (BE) para quem está se aposentando não deveria ser assunto a ser tratado para correção de tal situação, já que se trata de informação indispensável, inclusive para o planejamento pessoal e até mesmo para a tomada de decisão relativa ao momento do pedido de jubilação.

O Diretor-Geral ponderou que no mundo ideal, todos deveríamos ter o valor do BE na mesma hora. Mas, as áreas técnicas envolvidas não têm condições materiais para este mister, especialmente em face da carência de servidores: o mínimo previsto pelos normativos do CSJT para atividade meio é 15% do número de servidores e o TRT da 15ª Região conta com apenas 12%. Destacou que a crise hoje é de pessoal, pois desde a emenda do teto de gastos não pudemos mais repor o quadro funcional do Tribunal (temos cerca 250 cargos vagos, neste momento); neste ano não teremos provimento, a não ser o de poucos servidores e, assim mesmo, de algumas especialidades específicas. Registrou que nos





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

70 gabinetes (JAN/2026) haverá 70 cargos faltantes. Por fim, mencionou que a área administrativa sofre muito com falta de servidores e com a complexidade dos cálculos.

Finalizada a exposição deste item, passou-se para o último item da pauta:

Exercício 2026 - Proposta Orçamentária Prévia (POP)

Concedida, novamente, a palavra ao Diretor-Geral, este explicou que tudo se inicia com uma fase de trabalho prévio, cujo parâmetro orçamentário é o mesmo valor do exercício anterior, sem que se tenha conhecimento prévio sobre a eventual aplicação de reajuste. Este trabalho prévio é feito pelas áreas técnicas, que levantam as necessidades e demandas, seguindo orientações da DG para que os lançamentos só sejam feitos dentro dos limites fixados pelo CSJT, de acordo com a parametrização prévia do Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária (SIGEO). Informou que as mudanças de Direção no TST, como a que ocorrerá em breve nesta Corte Superior, sempre trazem alguma repercussão.

O Excelentíssimo Desembargador **Hélio Grasselli** questionou se o Tribunal não tem nenhuma margem de flexibilidade.

O Diretor-Geral lembrou que o orçamento é sempre construído com base nos números do ano anterior, feito pelo órgão centralizador e que, num segundo momento, há gestões junto à SOF do Poder Executivo. Informou que o CSJT agora tem até mesmo a gestão do financeiro; agora, por exemplo, um lançamento de edital por um Regional tem que ter um orçamento certo e determinado; não temos mais autonomia, estamos “amarrados” na centralização orçamentária e financeira.

O Excelentíssimo Desembargador **Hélio Grasselli** indagou, ainda, se o IPCA é obrigatoriamente repassado e se isso ocorreria até o fim do ano, sendo informado pelo Diretor-Geral que isso não ocorre necessariamente.

O Excelentíssimo Desembargador **Hélio Grasselli** ponderou que a preocupação, neste particular, aumenta quando se leva em conta que a





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

inflação real é maior do que a oficial e que causa espanto saber que o aumento natural de despesas não conte com o repasse pelo menos da inflação.

O Presidente, destacando que se trata de situação bastante complexa, lembrou que na gestão do Excelentíssimo Desembargador Lorival Ferreira dos Santos, houve um corte de 30% no orçamento, o que exigiu uma ação direta do Tribunal em Brasília, viabilizada pelo bom relacionamento que esta Corte mantém no Congresso Nacional.

O servidor **José Aristéia** questionou se nossa insuficiência orçamentária, irá suspender o pagamento de acertos, como ocorreu no ano passado.

O Diretor-Geral informou que, na verdade, já deveríamos estar fazendo supressão de alguns pagamentos, mas que, por ora, a Presidente decidiu não suspender nada. Ou seja, nossa insuficiência está aumentando mês a mês.

O Excelentíssimo Desembargador Presidente outorgou aos presentes, então, a possibilidade de que outros assuntos de interesse desta Comissão pudessem ser discutidos.

Nada mais havendo para deliberar, o Desembargador Presidente da Comissão agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos.

A reunião foi encerrada às 11h54.

Helcio Dantas Lobo Junior
Desembargador Presidente da Comissão

